

**IGREJA-EM-MISSÃO E POLÍTICA:
A INTEGRALIDADE DA MISSÃO**

Church-in-mission and political participation: integral mission

*David Mesquiati de Oliveira¹
Kenner Roger Cazotto Terra²*

RESUMO

O texto faz uma abordagem missiológica a partir da teologia da missão integral para pensar a participação da igreja na sociedade. A partir da sua vocação, a igreja estaria sempre em missão, não excluindo a atuação política, para além da política partidária, sem excluí-la. O ponto de partida do texto é a conhecida “Oração do Pai Nosso” de Jesus e avança para reflexões engajadoras, mostrando que a promoção da justiça e da paz não seria opcional para o cristão.

Palavras-chave: Igreja. Participação política. Missão. Justiça.

RESUMEN

En este trabajo se hace un enfoque misionológico de la teología de la misión integral para considerar la participación de la iglesia en la sociedad. A partir de su vocación, la iglesia siempre estaría en misión, sin excluir la acción política, más allá de la política partidista, sin eliminarlo. El punto de partida del texto es la familiar "Oración del Señor" Jesús y avanza para reflexiones militantes, lo que demuestra que la promoción de la justicia y la paz no sería opcional para el cristiano.

Palabras-clave: Iglesia. Participación política. Misión. Justicia.

ABSTRACT

This paper makes a missiological approach from the theology of integral mission to consider the participation of the church in society. From its vocation, the church would always be on a mission, not excluding political action, beyond partisan politics, without deleting it. The starting point of the text is the familiar "Lord's Prayer" Jesus and advances to engage reflections, showing that the promotion of justice and peace would not optional for the Christian.

Keywords: Church. Political participation. Mission. Justice.

¹ Doutor em Teologia (PUC-Rio), pós-doutor em Teologia pelo PPGT da PUC-Rio, pós-doutorando em Teologia pelo PPGT da Faculdades EST, presidente da Fraternidade Teológica Latino-americana Setor Brasil (2015-2019), Docente do PPGCR da Faculdade Unida de Vitória. E-mail: david@faculdadeunida.com.br

² Doutor em Ciências da Religião (Umesp), docente do PPGCR da Faculdade Unida de Vitória, membro da FTL, REGEVI e Grupo Oracula de Pesquisa. E-mail: kenner@faculdadeunida.com.br

INTRODUÇÃO

Para o cristão os ensinamentos de Jesus de Nazaré são normativos. É justamente esse *seguimento de Jesus* que configuraria a pertença ao grupo dos *cristãos*. Trata-se de um personagem marcado pelo tom profético (transformador social) que tinha um projeto de sociedade muito claro, baseado na justiça a todos os povos, na paz entre todos os viventes entre si, com sua consciência e com suas crenças, e, por fim, no amor fraterno como base das relações interpessoais. Em um dos seus mais célebres sermões teria ensinado aos seus seguidores a começar a orar da seguinte maneira: “Vocês, orem assim: Pai nosso, que estás nos céus! Santificado seja o teu nome. Venha o teu Reino; seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu [...]” (Mateus 6.9-10). A ideia de um governo justo sendo implantado na terra ecoaria como uma *boa notícia* (sentido da expressão teológica “evangelho”) para todos os quadrantes. Em linguagem teológica seria o Evangelho do Reino sendo proclamado e vivido, ainda que parcialmente – pois sua plenitude dependeria da consumação dos planos do Criador em tempo oportuno (*kairós*). Esse reino não poderia ser confundido com uma sociedade melhorada, e tampouco implicaria em um automatismo desde o céu para a terra, independente das ações humanas. O apoliticismo, nesse aspecto, seria indesculpável, como se os cristãos tivessem que criar uma redoma e auto enclausurar-se para viver sua fé. Por outro lado, não se trata de um ativismo político desenfreado ou de ideologias partidárias hegemônicas, mas de uma consciência crítica, política e planetária.

Paul Freston chamou a atenção para o fato de que houve – e ainda há –, uma tendência na América Latina de excluir o discurso sobre Deus e sobre a religião da praça pública, em nome de uma legítima e requerida separação entre Igreja e Estado, mesmo entre os cristãos. “A política não deve ser meio de fortalecer uma religião em detrimento de outras”, e continua: “mas dizer que a religião em si nada tem a ver com a conduta política é lógica e historicamente falsa” (FRESTON, 2006, p. 9). Por outro lado, nunca os evangélicos foram tão instrumentalizados na arena política como nas últimas décadas, inclusive pela chamada bancada evangélica.

O EVANGELHO, O REINO DE DEUS E SUA VOCAÇÃO PÚBLICA

A “Boa Nova” (Evangelho) seria a proximidade e instauração do reino de Deus no mundo, uma vez que o interesse salvífico do Deus revelado em Jesus es participar da história, ocupando-se da sua criação, incluindo o ser humano, mas não se limitando a ele. Não seria uma doutrina, mas uma “Pessoa-Acontecimento”. O Evangelho teria se encarnado no próprio Cristo, o “enviado” (Messias). Ele teria chamado os seres humanos a que reorientem sua vida de forma que adotem as disposições necessárias para participar no Reino de Deus, cuja irrupção definitiva no mundo vai inseparavelmente unida com a envio de Cristo *ao* mundo (Marcos 1.15). Essa “boa notícia” salvaria o ser humano *no* mundo e não *do* mundo.

Essa verdade historicamente foi mal compreendida e teria gerado por parte dos cristãos uma atitude de negação do mundo e uma visão negativa da sociedade e da materialidade, que alimentava a pretensão de ser apolítico, de viver para uma realidade espiritualizante e escatológica. Contra essa posição Robinson Cavalcanti defendia que ser político é algo inerente à condição do ser humano. Dessa forma, seria impossível a existência humana e social sem autoridades, normas, sanções, mecanismos de participação e formas de decisão (CAVALCANTI, 2002).

Podemos recuperar uma fala que teria sido de Jesus que dizia:

O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para pregar boas novas aos pobres. Ele me enviou para proclamar liberdade aos presos e recuperação da vista aos cegos, para libertar os oprimidos e proclamar o ano da graça do Senhor (Lucas 4.18-19).

O texto retoma, em poucos versículos, denso conjunto de memórias de libertação e esperança de justiça, destacando-se o “ano aceitável do Senhor”, que pode ser indicação da tradição do Jubileu (RICHARD, 1999, p. 14). Não é estranha ao judaísmo a intersecção de Is 61,1ss, com ecos de Is 58, e Lv 25,8-55 para construção da imagem do messias libertador (GARCIA MARTÍNEZ, 2000, p. 75). Em 11QMelquisedec, texto encontrado na gruta 11 de Qumran (HORTON, 1976), as tradições jubilares são entrelaçadas aos oráculos de salvação isaianicos em um *peshet* para descrever a salvação do agente escatológico, que no texto do Mar Morto é chamado de Melquisedec:

2[...] E o que diz: Neste ano do jubileu [cada um retornará a sua respectiva propriedade, sobre [isso] esta escrito: “Esta é] 3 a maneira de [remissão: todo credor fará remissão do que tiver emprestado [ao seu próximo”. Não precionará o seu próximo nem o seu irmão porque proclamou] a remissão. E proclamará para eles liberdade para salvá-los da [dívida] de todas suas iniquidades. E isto suce[derá] 7 na

semana primeira do jubileu que segue os no[ve] jubileus. E o dia [das expiaçõ]es é o final do jubileu décimo 8 no qual se expiará por todos os filhos da [luz e] pelos homens do lote de Melquisedec [. --] E nas alturas [--] segundo todas suas 9 porque é tempo do “ano de graça para Melquisedec”, e para exaltar o povo santo de Deus pelo domínio de Juízo, como escrito (11Q13, col II, 2-9)

Lucas pode ser lido a partir deste contexto imaginário, mas ele coloca Jesus de Nazaré como centro. Tal qual 11QMelquisedec, no texto lucano a citação da Torah serve para caracterizar o “ano” estabelecido pelo agente da justiça divina: libertação. Seguindo a Septuaginta, Lucas chama-o de “ano aceitável do Senhor” (*eniautón kyríon dektón*) o que seria a realização em Jesus (“hoje se cumpriu a Escritura que ouvistes”) da expectativa das ordens de Levítico. Como flor em terrenos ressequidos pela desordem econômico-político-social, em Lc o ano aceitável é promovido pela força motriz do Espírito, o qual coloca a Palavra no centro das contradições que *no* mundo se estabelecem, forçando a inauguração do Reino que propõem outras relações, formas de existência e vivência social: não há dívida impagável, claustro econômico e opressão.

O Reino de Deus, fermento subversivo para levedar silenciosamente a massa (Mt 13,33), é projeto de transformação da realidade e inauguração das novas relações entre homem/mulher-*oikoumene*-Deus. Anelar pela vinda do Reino de Deus é participar do Seu “governo”, com elevados padrões e valores morais. Tem vocação pública. Não é um chamado a uma santidade cerimonial e ritualística, reservada para os ofícios religiosos. É um chamado para uma vida de compromisso com o outro, com a transformação do mundo. Mais que *levar uma* boa nova é um convite *para ser* boa notícia.

Isso porque deixar de agir em prol da justiça legitima a desigualdade e a opressão. Sucumbir na omissão gera violência e um evangelho dualista, e por isso, inconsistente, espiritualista estéril, ineficaz, escapista. Esse tipo de evangelho não seria o evangelho que anunciava Jesus.

Robinson Cavalcanti afirmou:

Cabe à Igreja um ministério de intercessão pelo país, pelos que estão no poder e pelos problemas que afligem o povo. Cabe à Igreja um ministério profético, pelo ensino total das Escrituras a seus membros, e, encarnando a consciência moral da nação, posicionar-se diante de ideias e ações que contrariem a vontade de Deus [...]. Cabe à Igreja preparar os seus líderes e os seus liderados para um exercício responsável da cidadania, apoiando, particularmente, aqueles vocacionados para o exercício da vida pública. Os cristãos conscientes irão militar em partidos políticos, em sindicatos, em associações profissionais. Algumas vezes a conjuntura exigirá a criação de um partido cristão ou um sindicato cristão; outras, a criação de setores cristãos nas organizações (CAVALCANTI 2002, p. 263).

Essa consciência pública advém de uma consciência sensibilizada pelo Espírito Divino e iluminada pelas Escrituras, além de uma reflexão sobre as responsabilidades de grupo. Jaime Giles, também exorta os cristãos a uma participação política mais engajada:

O cristão deve estar interessado nos assuntos políticos do mundo, e especialmente nos de sua própria nação. Deve pagar os impostos que lhe exige o governo, e se crer que não são justos, deve fazer saber sua opinião por meio dos representantes eleitos pelo povo. Deve votar nas eleições no candidato cujo programa mais se aproxima de seus próprios desejos e convicções (GILES, 1966, p. 160).

A política é um meio para levar ao bem-estar geral, uma vez que todos os problemas humanos estão relacionados entre si, e que, portanto, necessitamos cooperar para sua solução. É um instrumento adequado para desenvolver uma série de valores e princípios normativos para a vida em sociedade: liberdade, justiça, paz, solidariedade e democracia. Para uma ação política baseada em princípios bíblicos-teológicos isso significa um compromisso com os valores do Reino de Deus. E para os primeiros cristãos que viveram nos tempos do Novo Testamento o reino de Deus era imanente e iminente, presente e futuro, contemporâneo e contingente. A esperança cristã do fim não gerava indiferença respeito aos valores terrestres presentes. Ao contrário, a esperança era um poderoso estímulo para a ação *no* mundo, como bem observou Oscar Cullmann (1973, p. 78). Ele acrescenta:

Precisamente porque o Evangelho tem o seu olhar voltado para a “Politeuma”, a comunidade do tempo futuro, deve por princípio determinar sua atitude respeito da “pólis” presente, do estado presente. Ali onde a esperança do fim, dentro do cristianismo, é levada a sério, impõem-se uma opção de princípio respeito ao estado terrestre, mas de nenhuma maneira no sentido de rejeitar a priori o Estado em quanto tal (p. 78).

Temos em Frei Betto, um resumo da relação em ter fé cristã e política, que ele chamou de “os 10 mandamentos da relação fé e política” (BETTO, 2004, 17-18).

1º Mandamento: A fé e a política destinam-se ao mesmo objetivo de realizar o projeto de deus na história. Mas não são a mesma coisa, são diferentes.

2º Mandamento: A vivência da fé é necessariamente política.

3º Mandamento: A fé é um dom que nos vem de Deus através da Igreja – comunidade dos que creem. A política é uma ferramenta que exige aprendizado.

4º Mandamento: Uma política contrária aos direitos do povo faz da fé expressão de uma religião “ópio do povo”.

5º Mandamento: A política tem autonomia a não depende da fé.

6º Mandamento: Fé e política são coisas diferentes que se complementam na prática da vida.

7º Mandamento: A fé é especialmente “tratada” na Igreja, onde é celebrada, anunciada, refletida. A política é diretamente “tratada” nos movimentos populares, sindicais e nos partidos políticos que assumem os direitos dos oprimidos.

8º Mandamento: Não devemos confundir a esfera da explicitação religiosa da fé, a Igreja, com as esferas da política. Mas, embora diferentes, são complementares.

9º Mandamento: O Evangelho contém valores que criticam e norteiam a atividade política.

10º Mandamento: A política é tanto mais popular quanto mais a gente se encontra ligada à luta do povo. A fé é tanto mais evangélica quanto mais a gente se liga ao Deus da Vida através da comunidade cristã.

Assim, uma ética política a partir do Novo Testamento estaria comprometida com a vida. Sua base é a prática da justiça e da solidariedade. Será muito diferente das éticas vigentes – situacionais, individualistas e de conquista. Precisa também superar o legalismo, partidarismo e o assistencialismo. E isso, sem transformar o Estado em religioso. Veja essa observação basilar em Paul Freston:

O Estado deve ser não-confessional. Foi justamente essa percepção por parte de alguns dos primeiros protestantes nos séculos 16 e 17 que deu início à separação entre Igreja e Estado. Com bases teológicas, eles perceberam que a visão cristã do Estado é que o Estado não deve ser “cristão”, no sentido de defender e promover uma determinada igreja ou religião. Este não é o papel de Estado nenhum na dispensação da graça. Entretanto, religião e política podem, sim, ser misturadas. Uma pessoa pode ser inspirada por sua fé religiosa a ingressar na política e defender certas propostas. Política confessional, sim; Estado confessional, não (2006, p. 10).

RESPONSABILIDADES CÍVICAS E A BÍBLIA

Adela Cortina afirma que os valores cívicos que compõem uma ética cívica são fundamentalmente “a liberdade, a igualdade, a solidariedade, o respeito ativo e o diálogo, ou melhor, a disposição para resolver os problemas comuns pelo diálogo” (CORTINA, 2005, p. 181). Esses valores seriam os “fundamentais” e permitem articular os demais valores cívicos. O que o texto sagrado dos cristãos teria a dizer sobre as responsabilidades cívicas dos mesmos? Não pretendemos fazer uma análise exaustiva. Destacaremos apenas algumas características que a Bíblia propõe no campo político e cívico a partir da leitura de alguns teólogos.

José Grau sugeriu que as características mínimas com relação às responsabilidades cívicas são quatro, a saber: 1) as autoridades são constituídas por Deus; 2) devemos orar pelas autoridades; 3) devemos colaborar com as autoridades; e, 4) discernir os limites do Estado (GRAU, 1979, p. 111-115). Pensemos sobre elas.

Em Romanos 13.1 temos: “Todos devem sujeitar-se às autoridades governamentais, pois não há autoridade que não venha de Deus; as autoridades que existem foram por ele estabelecidas”. Estas palavras precisam ser lidas à luz da estrutura política romana. Paulo não presumia relações democráticas no Império, mas trata pastoralmente sobre a maneira como os cristãos deveriam lidar com a tarefa de vivenciar a fé cristã no mundo estabelecido sob a égide Imperial. O apóstolo começa, de maneira abrupta, depois de discutir sobre as relações pessoais (Rm 12,21), afirmando que “toda alma” (*pâsa psyché*), referindo-se a todos e todas as pessoas, deveriam se “subordinar”. O verbo *hupotássso* dá sentido de ação livre em relação a alguma coisa. A submissão deve ser dada às autoridades constituídas. Generalizando, ele diz que toda e qualquer autoridade é estabelecida por Deus, seguindo algumas tradições judaicas (Dn 2,21; Is 41,2ss; Pr 8,15; Eclo 17,7; Pr 8,15-16). Contudo, precisamos ler esta passagem como usa generalização ladeada por uma idealização: é instrumento de Deus para estabelecer o bem (v.4) (WEGNER, 1989, 70-74).

Ora, se a origem das autoridades é divina, logo esta estará sempre a serviço do bem e qualquer que se atrever a questioná-la estará contra os desígnios divinos (v.2). Isso quer dizer que Paulo desconhecia autoridades que descumprem esta razão de ser? Pelo contrário, em 1Co 6,1-11 ele tece críticas aos juízes injustos. Contudo, em Rm 13 ele não leva em consideração a desorientação ideal, mas estabelece o que é em termos paradigmáticos. Por isso, este texto não pode ser usado como instrumento para passividade diante de lideranças autoritárias e injustas, ou servir para desconsiderar, por exemplo, a luta contra as ditaduras. Só há espaço para este disparate se lermos os versos 1-2 separando-os dos versos 3-4. A abstração de que os governos servem para conduzir ao bem e punir o mal é o que legitima a afirmação de que são instituídos por Deus. A mesma ideia aparece em Sb 6,1-11 (WEGNER, 1989, p. 73), onde se diz que o Senhor é quem dá o domínio aos governos (v.3), mas estes devem servir ao Reino de Deus (v.4), pois se não o fizerem serão punidos (v.5). Paulo não está interessado em falar neste ponto a respeito dos que não seguem sua vocação de serem promotores da justiça, mas em apresentar o plano original das autoridades, o que legitima o pagamento de impostos. Contudo, qualquer autoridade que seja injusta, corrupta ou desumanizadora não é legítima, porque não está seguindo o estabelecido pela sua vocação. O

apóstolo simplesmente constrói sua argumentação seguindo um princípio teológico: “Dios gobierna este mundo en oposición a los tiranos y a pesar de estos mismos” (WEGNER, 1989, p. 73).

O interesse de Paulo é o pagamento de impostos e tributos por consciência e liberdade, como um bom cidadão, e não por medo de punição ou obrigação (v.5-7). E, isso, só é possível lendo-se o contexto de generalização e idealização. O governo estabelecido por Deus e promotor da justiça é digno de receber os tributos, como ministro de Deus (v.4). Porém, deve-se pagar, honrar ou resistir a quem é devido. Por isso, resistência e honra devem ser observadas à luz do contexto da materialização ou não do propósito da instituição estabelecida por Deus. Assim, percebe-se aqui o interesse pastoral paulino na participação cívica da igreja

O contexto que precede à Rm 13, 1-7, Rm 12, 9.17.21, está em jogo a prática do bem, que aqui pode ser realizada na justa participação civil de pagamento de tributos e, contrapartida, o governo exercer com equidade sua função de estabelecimento do projeto exposto nos versos 3-4. O papel do governo é imunizar o povo das ações que possam ser desumanizadoras e injustas. Nesta liderança idealizada, quem pratica o mal precisa temer as autoridades; enquanto os bons e justos, honrá-la. Por isso, o pagamento de impostos é um tipo de ação responsável, segundo Paulo, dos cristãos de Roma. Neste sentido, a melhor interpretação desta discussão paulina não é dizer a aceitação de qualquer ação governamental, como se não houvesse em seus discursos instrução profética. Pelo contrário, em sua parénesis ele defende a participação cidadã consciente e livre pelo bem social. Além disso, não é possível afirmar que o texto nega a oposição política adequada aos governos e autoridades que não cumpram seu papel no serviço estabelecido por Deus.

A segunda característica está explicitada em 1 Timóteo 2. No versículo 2, a epístola pastoral pede que se ore por Nero: “Antes de tudo, recomendo que se façam súplicas, orações, intercessões e ação de graças por todos os homens; pelos reis e por todos os que exercem autoridade, para que tenhamos uma vida tranquila e pacífica, com toda a piedade e dignidade” (v. 1-2). E essa recomendação a orar, é por “todos os homens”, incluindo aqueles que não nos sentimos inclinados a orar, como os piores governantes, os flagrantes corruptos, entre outros. No versículo 3 Paulo afirma que a disposição para orar é “bom e agradável a Deus”. No versículo 4 ele explica a razão para essa intercessão: “que [Deus] deseje que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade”. A interceder pelos governantes é uma oração necessária.

A terceira característica está relacionada à colaboração com os governantes:

É por isso também que vocês pagam imposto, pois as autoridades estão a serviço de Deus, sempre dedicadas a esse trabalho. Deem a cada um o que lhe é devido: e imposto, imposto; se tributo, tributo; se temor, temor; se honra, honra. Não devam nada a ninguém, a não ser o amor de uns pelos outros, pois aquele que ama seu próximo tem cumprido a lei (Romanos 13:6-8).

No propósito de Deus a autoridade deve ser um servidor, exatamente como o pregador é um servidor na esfera da Igreja. E já que vivemos em uma democracia, o Estado pede mais que o pagamento de impostos, ele solicita nossa opinião e nossa colaboração, por exemplo, através das eleições. Mas essa colaboração com o Estado não pode degenerar-se em um servilismo. Somos desafiados a uma obediência responsável e cortês.

Jorge Pinheiro dos Santos argumenta:

A práxis do cristianismo pode ser uma forma de disputar valores na democracia representativa e de participação. E neste encontro entre religião e política deve-se repensar as relações entre utopia e kairós, já que o conceito de transição formulado no contexto de avanços da democracia participativa deve atualizar seu sentido, unindo as conquistas do cotidiano com a noção de uma civilização organizada fora dos parâmetros do mundo dominante (SANTOS, 2006, p. 99).

A quarta característica está relacionada a uma atitude cívica e responsável. Afirma José Grau: “crítica com respeito e serenidade. Responsável com discernimento, para não converter jamais em ídolo o que é simplesmente uma seção, ou parcela, da vida” (Grau, 1979, p. 115). O livro de Daniel (capítulos 3, 4 e 6) e o de Apocalipse (13) revelam circunstâncias onde o Estado se mostrou endeusado, convertido em poder absoluto. Nem o Estado, nem partidos políticos, nem nenhuma política, podem exigir-nos aquela lealdade que somente a Deus é devida.

TEOLOGIA DA MISSÃO INTEGRAL: INCLUI A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A Teologia da Missão Integral (TMI) parte de uma leitura bíblica que conduz ao engajamento na sociedade para promover a justiça, no seguimento de Jesus. Como exemplo podemos tomar A *Red Miqueas*, uma rede global de promotores da Missão Integral, um grupo de 330 agências de ajuda, desenvolvimento e justiça de 81 países. Constituída no final de 1999, a *Red Miqueas* agora conta com mais de 550 membros em mais de 80 países. Seu lema está no texto bíblico de Miquéias 6.8 (“Ele mostrou a você, ó homem, o que é bom e o que o Senhor exige: Pratique a justiça, ame a fidelidade e ande humildemente com o seu Deus.”).

Em 2001 eles elaboraram o que ficou conhecido como “Declaração da Rede Miqueias sobre a Missão Integral”. Nesse documento eles afirmam:

A Missão Integral é preocupação de cada cristão. Queremos olhar os pobres com os olhos de Jesus, que ao ver as multidões teve compaixão delas porque estavam maltratadas e desamparadas como ovelhas sem pastor. Há necessidade de um discipulado integral que envolva o uso responsável e sustentável dos recursos da criação de Deus e a transformação das dimensões morais, intelectuais, econômicas, culturais e políticas de nossa vida (RED MIQUEAS, 2001, p. 3).

O preâmbulo do documento delinea o que se entende por missão integral:

A missão integral, ou transformação holística, é a proclamação e demonstração do evangelho. Não significa simplesmente que a evangelização e o compromisso social tenham que ser levados a termo lado a lado. Antes, na missão integral, a nossa proclamação tem consequências sociais enquanto convocamos as pessoas ao amor e ao arrependimento em todas as áreas da vida. E o nosso compromisso social tem consequências para a evangelização enquanto damos testemunho da graça transformadora de Jesus Cristo. [...] Se ignorarmos o mundo, traímos a Palavra de Deus, a qual requer que sirvamos ao mundo. Se ignorarmos a Palavra de Deus, não temos nada que oferecer ao mundo. A justiça e a justificação pela fé, a adoração e a ação política, o espiritual e o material, a transformação pessoal e a mudança estrutural estão todos unidos entre si. Como na vida de Jesus, ser, fazer e dizer estão no âmago de nossa tarefa integral (RED MIQUEAS, 2001, p. 1).

A TMI buscaria articular a presença do cristão no mundo com sua vocação profética e transformadora. Estamos no mundo não para se acomodar ao que está dado, mas oferecemos do rico tesouro das Escrituras que nos foi revelado. Essa participação precisa ser consciente. Não se trata de cristianizar o mundo, mas de desenvolver uma capacidade crítica construtiva e propositiva. A dimensão política na vida de todo cidadão não pode ser negada. Ao contrário, deve ser assumida em todos os seus aspectos, seja no âmbito local, regional, nacional ou internacional. Também em diferentes instâncias, como partidos políticos, agremiações, movimentos sociais, etc. Como cristãos e como igrejas somos convocados à participação na sociedade. Para tal requer-se uma teologia do poder político e uma ética social que auxilie com esse poder. Ainda estamos por construir satisfatoriamente uma teologia com esses aportes.

Nesse caminho alguns perigos se apresentam e devem ser evitados. Utilizaremos as palavras de Robinson Cavalcanti que os resumiu da seguinte forma:

Temos tido a tentação da *crístandade*, quando procuramos sacralizar certas ordens políticas como equivalentes ao reino. Temos tido a tentação da *neocrístandade*, quando procuramos sacralizar ordens políticas alternativas (tanto milenarismos religiosos quanto utopias seculares) com o reino. Temos tido a tentação da subserviência, da covardia e do silêncio culposo diante de diversos poderes, sob o

falso argumento da obediência ao que prescreve Romanos 13. Temos tido a tentação da indiferença diante da (des)ordem social do pecado, sob o argumento de que “nosso reino não é desse mundo” (CAVALCANTI, 2000, p. 86).

As igrejas ainda têm muito para amadurecer como igreja-no-mundo, como igreja-em-missão, não cedendo às tentações e cumprindo o seu chamado profético. Jesus ao fazê-lo, ao optar por viver o reino de Deus como engajamento transformador no mundo incomodou a muitos. Suas denúncias despertaram o ódio não só nas classes políticas, mas especialmente nas políticas internas dos religiosos, que viam seus privilégios contestados. A sentença foi a morte, na tentativa de silenciá-lo. Uma igreja no seguimento de Jesus teria sua própria cruz para carregar ao posicionar-se firmemente diante da injustiça e dos desmandos na arena político-social. Do seu posicionamento político dependerá a frequência aos “banquetes das riquezas injustas”. A decisão ditará seu alinhamento aos projetos pessoais de poder ou ao seguimento de Jesus.

CONCLUSÃO

Iniciamos com a oração de Jesus em Mateus 6.10 e concluiremos com a mesma oração. De forma coerente Jesus orava pela vinda do reino e esteve engajado no mundo para que esse reino fosse implementado. E de forma coerente, Ele viveu e fez opções condignas com esse projeto de Deus. Para que, de fato, a oração de Jesus seja a mesma oração dos cristãos atuais, deveria demonstrar a mesma coerência na vida e prática diária. Não somente como pessoas cristãs, uma vez que a ação individual é de eficácia reduzida, mas também como Igreja, como presença orgânica de cristãos, na criação de grupos e de movimentos sociais e políticos ativos na esfera pública. A teologia da missão integral auxilia na construção de propostas concretas de inserção no mundo a partir da reflexão teológica. Dessa forma, em linguagem teológica, tem buscado agir conforme a oração jesuânica “venha Teu Reino”, articulando-se politicamente para que a justiça e a paz se concretizem nos diferentes contextos da América Latina.

REFERÊNCIAS

BETTO, F. Os 10 mandamentos da relação fé e política. OLIVEIRA, P. A. R. (Org.). *Fé e política: fundamentos*. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

- CAVALCANTI, R. *Cristianismo & política: teoria bíblica e prática histórica*. Viçosa: Ultimato, 2002.
- CAVALCANTI, R. *A igreja, o país e o mundo: desafios a uma fé engajada*. Viçosa: Ultimato, 2000.
- CORTINA, A. *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. São Paulo: Loyola, 2005.
- CULLMANN, O. *Estudios de teologia bíblica*. Madri: Stvdivm, 1973.
- DEIROS, P. (Ed.). *Los evangélicos y el poder político en América Latina*. Buenos Aires: Nueva Creación, 1986.
- FRESTON, P. *Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa: Ultimato, 2006.
- HORTON, F.L. *The Melchizedek Tradition. A Critical Examination of the Sources to the Fifth Century A.D and in the Epistle to the Hebrews*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976
- GARCÍA MARTÍNEZ, Florentino. Las Tradiciones sobre Melquisedec em los Manuscritos de Qumrán. In: *Bíblica* 81 (2000): 70-80
- GILES, J. E. *Bases bíblicas de la ética*. 2 ed. El Paso: CBP, 1969.
- RED MIQUEAS. *Micah Network Declaration on Integral Mission*. Disponível em: http://www.micahnetwork.org/sites/default/files/doc/page/mn_integral_mission_declaration_e_n.pdf. Acesso em: 22 fev. 2015.
- RICHARD, P. Já é tempo de proclamar um jubileu – Sentido geral do jubileu na Bíblia e no contexto atual. In: *Ribla* 33 (1999): 7-22.
- SANTOS, J. P. *Teologia e política: Paul Tillich, Enrique Dussel e a experiência brasileira*. São Paulo: Fonte, 2006.
- WEGNER, U. Romanos 13,1-7: los cristianos y las autoridades, una lectura sociológica. In: *Ribla* 4 (1989): 63-83.